



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
Grupo Municipal do PCP

Moção nº 018/03 (PEP)

Moção

**Valorizar o património é valorizar o desenvolvimento cultural, social e económico da cidade.
Pelo direito à cultura, combatendo a sua desvalorização!**

O Património histórico, material e imaterial, é um importante e precioso activo, fundamental no desenvolvimento cultural, social e económico das comunidades. Porque é um elemento estrutural da memória histórica colectiva de um povo ou comunidade; porque desempenha um importante papel na educação e formação cívica das populações, bem como, na preservação da sua identidade histórica e cultural e ainda porque tem um impacto positivo em várias áreas da actividade económica, com destaque para o turismo.

As estratégias desenvolvidas em torno da reabilitação, revitalização e desenvolvimento dos centros históricos e do património histórico edificado são por isso muito relevantes para dinamizar as vilas e cidades do nosso País.

A preservação e divulgação do Património histórico é hoje uma importante reivindicação das populações, mobilizando amplos sectores da nossa sociedade.

Essa responsabilidade cabe, em primeiro lugar ao Estado, por via do Governo Central. Trata-se da defesa da identidade, memória histórica e cultura, importantes elementos da soberania e independência nacionais, como consagrado na Constituição da República Portuguesa, e deve ser por isso alvo de políticas dotadas de recursos e financiamento públicos adequados, articuladas no plano local com as autarquias.

É neste contexto que o papel das autarquias é imprescindível e muitas vezes determinante, sobretudo se tivermos em conta o desinvestimento do Estado nesta área. Um papel importante na área do património material, nomeadamente o edificado, mas também na defesa do património histórico e cultural imaterial.

Uma das importantes vertentes desta área é a preservação, dinamização e fruição popular dos monumentos e edifícios históricos e a articulação dessa política com a dinamização dos centros urbanos. Uma política que tirando partido das potencialidades turísticas não pode contudo ser determinada por interesses que colidem com a necessidade de consagrar o direito à habitação, de dinamizar o comércio e economia locais, de promover o artesanato, a cultura e a gastronomia locais, de garantir o direito à fruição cultural e de defender a memória histórica e preservar a fruição popular de todo o património histórico e cultural edificado.

Também na Cultura as carências fazem-se sentir a todos os níveis, nomeadamente a falta de trabalhadores, tanto na área do Património Cultural, como dos Museus e Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos, cujos trabalhadores, sindicatos e directores têm vindo a denunciar em muitas e variadas ocasiões.

Faltam vigilantes, recepcionistas, conservadores-restauradores, técnicos de fotografia, pessoal dos serviços educativos. A esta falta acresce uma outra questão bastante preocupante, que é o facto da média etária do quadro de pessoal ser bastante elevada, com uma percentagem significativa de trabalhadores com idade para se aposentarem.

Situação que reclama a urgência da contratação de trabalhadores para os Museus e Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos.

AML
ENT/1057/AML/22 02/05/2022 10:38:46 999/AML/22

A Rita Flores



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
LISBOA
Grupo Municipal do PCP**

Se nada for feito no imediato, o serviço público inestimável que é prestado por estas entidades será severamente comprometido. A passagem de testemunho, de cultura de organização, de saber fazer, são aspectos que se estão a perder e que podem mesmo assumir uma dimensão de irreversibilidade.

É no quadro da preservação da memória histórica e da fruição popular do património edificado que se deve investir na recuperação, requalificação e valorização do Património material e imaterial, histórico, cultural e militar.

Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 3 de Maio de 2022 inste o governo e em particular o Ministério da Cultura:

1 – A desenvolver o Programa Nacional de Emergência do Património Cultural para diagnosticar, conhecer e monitorizar as reais necessidades de intervenção e salvaguarda do património material e imaterial, tal como a elaboração de uma Carta de Risco com as prioridades de intervenção de salvaguarda e de investimento no património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional;

2 – A promover a reactivação do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, com dotações orçamentais dignas, seja uma realidade, considerando que os trabalhos específicos no contexto deste Plano são de extrema importância para o desenvolvimento da Arqueologia enquanto domínio do conhecimento no nosso País, bem como para a própria prática arqueológica, devendo encontrar funcionamento regular e financiamento digno por parte da tutela da Cultura;

3 – A contratar com carácter de urgência trabalhadores para os Museus e Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos.

4 – Remeter a presente moção para:

- Assembleia da República e Grupo Parlamentares
- Ministro da Cultura
- 12ª Comissão Permanente da AR - Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto
- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- Vereador da Cultura
- STARQ - Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia
- Manifesto em Defesa da Cultura

A Deputada Municipal

- Leonor Moniz Pereira -